Direito e mídia: influências no direito penal, o direito penal do inimigo e suas implicações no sentenciar

Law and media: influences on criminal law, the criminal law of the enemy and its implications on sentencing

DOI: 10.54018/sssrv2n3-003

Recebimento dos originais: 01/08/2021

Aceitação para publicação: 30/08/2021

Rafael Soares Silva Araujo

Bacharel em Direito pela Faculdade Católica Rainha da Paz, Araputanga, Mato Grosso. Pós-graduado nas disciplinas de Direito Penal e Direito Processual Penal, Uniasselvi - Centro Universitário Leonardo da Vinci, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Endereço: Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 49, centro, Porto Esperidião-MT
E-mail: rafael.araujo@tjmt.jus.br

RESUMO

O presente artigo intenta analisar como os veículos de comunicação podem influenciar no processo penal por meio da formação de valores e juízos. Em seu caráter qualitativo e por seu cunho bibliográfico, constatará a conflitualidade existente entre direitos e garantias fundamentais. Nessa toada, se verifica para a indústria midiática a presença de proteção especial, e igualmente para o agente infrator o respeito como pessoa humana. Ocorre que, de maneira intervencionista e ao contrário do que se espera dos meios informativos, a mídia tem se aproveitado equivocadamente desses resguardos legais e do sentimento de curiosidade do público para persuadir e manipular opiniões. Logo, temos uma sociedade que termina por desconsiderar no mais das vezes os direitos e garantias inerentes à pessoa do criminoso. Assim, na intenção de remediar violência com violência, fica estatuído para esses indivíduos o rótulo de inimigo a ser arduamente combatido e penalizado pelo *jus puniendi* estatal. Este trabalho, num experimento ilustrativo buscará teoricamente, através do caso *Richthofen*, explorar tal influência. Utilizará para tanto o método fenomenológico pontyano de análise do objeto em sua essência, buscando demonstrar o incentivo necessário para que o indivíduo observador se posicione de maneira crítica diante dos fatos para apreciar criticamente e não mais sob o ponto de vista do senso comum.

Palavras-chave: Mídia, Direito Penal do Inimigo, Caso *Richthofen*.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the media can influence the criminal procedure through the formation of values and judgments. In its qualitative and bibliographical character, it will verify the conflict between fundamental rights and guarantees. In this sense, it is verified for the media industry the presence of special protection, and equally for the offender the respect as a human being. It happens that, in an

interventionist way and contrary to what is expected from the media, the media has mistakenly taken advantage of these legal safeguards and of the public's sense of curiosity to persuade and manipulate opinions. Thus, we have a society that ends up disregarding, more often than not, the rights and guarantees inherent to the criminal's person. Thus, in the intention of remedying violence with violence, these individuals are labeled as enemies to be arduously fought and punished by the *jus puniendi* of the state. This paper, in an illustrative experiment, will seek to explore theoretically, through the Richthofen case, such influence. It will use the Pontian phenomenological method to analyze the object in its essence, seeking to demonstrate the necessary incentive for the individual observer to take a critical position in front of the facts in order to appreciate them critically and no longer under the common sense point of view.

Keywords: Media, Enemy Penal Law, Richthofen Case.

1 INTRODUÇÃO

Afirma-se que a lei é geral, abstrata, tem aplicabilidade igualitária e é aplicada sob supremacia da isonomia. Segundo esse princípio, consubstanciadono *caput* do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O que se espera é que a justiça se efetive de forma equitativa, sem prejudicar ou tampouco beneficiar.

No campo do Direito Penal, muito se questiona sobre a aplicação da pena, sua correta proporcionalidade em razão de como os crimes são vislumbrados no meio em que ocorrem. Mesmo havendo o clamor social para que as punições sejam as mais severas possíveis, de forma alguma deve existir o arbítrio descontrolado do poder punitivo. Assim, impõe-se o respeito aos limites legais.

Não há falar-se em apoio às práticas criminosas, nem de qualquer forma ser condescendente com a sua existência, no entanto o que se pretende é a reafirmação dos direitos inerentes à existência do homem como ser social.

Adstrito a isso, com a evolução digital e a massificação dos meios de comunicação, vivemos a Era da Informação, momento esse em que a facilidade de acesso aos meios de propagação da notícia proporciona disseminação quase que instantânea de qualquer fato. Assim sendo, verifica-se que a notícia pode ser explorada conforme o anseio do noticiário. Em razão da finalidade que se pretende, pode-se lograr êxito se transmitida de forma clara e imparcial para cumprir seu papel de informar ou ser malbaratada para atender anseios próprios com finalidades de manipulação.

Partindo da análise crítica da Teoria do Direito Penal do Inimigo, segundo seu idealizador e do pensamento de outros juristas, este trabalho busca analisar sob a ótica humanística e pautada nos princípios que garantem ao homem a existência digna, o dever do Estado de garantir a efetivação dos direitos fundamentais.

A metodologia de abordagem dos fatos será qualitativa, pois na definição de Richardson (2011, p.79-80), é “a busca por uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais dos fenômenos” e que Triviños (1987, p. 128-132) afirma que podem ser resumidas nos itens seguintes: pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; é descritiva.

O procedimento técnico adotado será a pesquisa bibliográfica não exaustiva, elaborada a partir de estudos jurídicos, doutrinários e legislação nacional pertinente, revisando a literatura sobre o assunto em questão.

Levando em conta os objetivos apresentados, pretende-se trabalhar ainda com o método fenomenológico, pois nesse método a preocupação é com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Osujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (GIL, 2010, p. 39), então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações.

2 O DIREITO E A MÍDIA: INFLUÊNCIAS DECISIVAS E CLAMORES SOCIAIS

2.1 O DIREITO E SUA FUNÇÃO SÓCIO-ESTATAL DE CUNHO NORMATIVISTA

Muitos são os ilustres filósofos e pensadores políticos ou doutrinadores, do mais antigo ao mais remoto, que explicam a formação e o desenvolvimento da sociedade estatal, tal qual se apresenta na atualidade. Jean-Jacques Rousseau, afirmava em seus ideais contratualistas, bastante utópicos, mas de grande valia, que a sociedade deve ser uma organização fundada em convenções abstratas de modo que os benefícios se equiparem para todas as partes pactuantes, não havendo sujeições, mas benefícios e direitos de forma igualitária. Se houvesse qualquer sobreposição, seria como o príncipe que deliberadamente se impõe ao seu súdito que deve obedecê-lo sem afrontas. Assim sucedendo haveria

escravidão, o que de acordo com Rousseau é um direito nulo, por ser ilegítimo e não significa nada. Logo, há contradição entre escravidão e direito e assim mutuamente se excluem.

Ainda segundo o autor, liberdade é um direito natural do homem, mas em virtude de abusos dissolutos que ocasionaram obstáculos danificadores, houve impedimento na conservação deste estado natural. Em razão disso, é então formado o contrato social para convivência harmônica no sentido de todos do povo disporem de si mesmos e ao mesmo tempo colocarem-se sob a diretriz da vontade geral, ou seja, participam e recebem parte indivisível desse todo. O resultado é uma associação gerada pela união de todos, dotada de total soberania e que por seus membros é chamado de Estado. Vislumbra-se a alienação da liberdade, para manutenção desta mesma, embora de forma organizada. A justiça toma o lugar do instinto e o direito se sobrepõe ao apetite. O homem que antes tinha olhos apenas para si mesmo, se vê na obrigação de ter como sua consulente, a razão, que deverá se antepor aos afetos (ROUSSEAU, 2008, p. 28-31).

Aristóteles também já explicava que o homem por sua natureza é um animal político e tem a necessidade de se associar com seus iguais para benefício próprio.

Seja em Rousseau ou em Aristóteles, tem sido aceita a ideia de que a sociedade resulta da necessidade natural do homem, mas que este mesmo também é dotado de vontade e de interesses, o que o faz se unir a outros em busca de melhorias. (DALLARI, 2010, p. 10-18).

Uma sociedade estatal que busca o “bem comum” não poderia satisfazer apenas os interesses pessoais de seus componentes de forma desagradada. Percebeu-se necessário à vista disso, a necessidade de normas e limitações que estabelecessem regras e certos padrões de conduta de acordo com determinados valores.

Partindo da premissa que o direito não é uma ciência estática, assim como outras inúmeras áreas do conhecimento científico, apresenta-se em constante evolução e assimilação de conteúdos que, em tese, devem sempre contribuir com melhoramentos.

Aliando a constante evolução ao tema que tratará este trabalho, poderão ser verificadas as inúmeras valorações atribuídas a determinados fatos pelo

recorte social em que se deu o acontecimento e as possíveis influências modificadoras. Exemplo disso é a mídia informativa, que pode atuar tanto para benefício de uns, quanto para eventuais malefícios de outros, a qual pode ou não ter o papel de conduzir a determinados caminhos e modos de se observar os fatos.

2.2 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA VIVÊNCIA SOCIAL JURÍDICA

Numerosas são as forças atuantes na legislação, sendo uma delas a opinião pública que pode atuar de modo variado requisitando modificações das mais potenciais. Nesse sentido, Paulo Nader afirma que a opinião pública se manifesta constantemente em relação às leis, o que se nota quando a atenção do povo é despertada por algum caso particular, da sua simpatia/antipatia, e que não encontra amparo na ordem jurídica vigente. Assim, através das mais variadas formas (artigos de jornais, rádio e televisão, cartas e telegramas), exerce pressão sobre o poder social, com a intenção de modificar o mundo jurídico. (NADER, 2010, p. 57-58).

Constata-se que os meios de comunicação de massa têm influência considerável, uma vez que disseminam a notícia em extensa escala geográfica em curto prazo, pelo fato do baixo custo das tecnologias disponíveis para esse fim, que oportunizam sua aquisição por grande parte da sociedade. É essa integração que resulta no encurtamento de distâncias.

Ao passo em que são transmitidas determinadas informações, dependendo do seu conteúdo, opiniões são construídas e alteradas alterando a compreensão da realidade fática. No meio jornalístico, por exemplo, a transmissão da notícia, nos mais das vezes sensacionalista, sobretudo no campo penal, pode alterar a opinião pública e conduzir determinadas decisões para o surgimento de um Direito Penal puramente simbólico, regido por leis endurecidas, severas punições e clamor pela criação de novos tipos penais. Isso deriva do senso comum que tem a sociedade em esperar que em tudo deva existir a interferência penalista para solução dos conflitos, não obstante existentes outros meios para solução das contendas.

Um exemplo de possível condução nos julgamentos é a que se dá no Tribunal do Júri, oportunidade em que a mídia pode ocasionar significativas alterações no laboratório psicológico dos componentes do conselho de sentença,

em razão do bombardeamento dos noticiários com situações extremistas de perigo latente em toda parte. (DILLMANN, 2012, p. 33-37).

Frente a isso, percebem-se os constantes confrontos entre princípios constitucionais e outros do ordenamento jurídico pátrio. De um lado, para a mídia, existe o Princípio da Liberdade de Expressão consubstanciado no inciso IX do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, que resguarda a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Instala-se o conflito uma vez que há igualmente para o agente infrator o Princípio do Devido Processo Legal, que abarca alguns outros e que segundo o texto constitucional em seu artigo 5º, inciso LIV estabelece a impossibilidade de privação da liberdade ou de bens sem atenção a esse princípio. Além disso, nosso ordenamento estabelece certas garantias inerentes à imagem e a privacidade, entre outros que cuidam de preservar condições dignas da existência humana. Assim sendo, as finalidades estatais deveriam se destinar aos dois lados, seja em garantir a livre expressão, seja para assegurar as garantias do infrator. Não só o judiciário, mas a sociedade com um todo deveria observar tais assertivas, sobretudo os profissionais de comunicação que não detém habilidades suficientes em relação às ciências criminais.

2.3 DA FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES POR INTERMÉDIO DA MÍDIA: REFLEXOS VALORATIVOS E MORAIS

É fato que a mídia informativa exerce influência. Cabe então, averiguar como ocorre e quais as potenciais consequências de sua capacidade de influir. Stuart Hall (2005, p. 21) sociólogo e teórico cultural jamaicano, traz a lume que a identidade muda conforme o modo como o sujeito é interpelado ou representado. Desta feita, a identificação não é automática, mas pode ser adquirida ou perdida. Esse processo é, às vezes, descrito como a mudança de uma política de identidade para uma política de diferença.

Na sociedade moderna toda prática social é continuamente investigada e reformulada em razão das informações recebidas e o modo como se deram. Se analisado o indivíduo em si e, posteriormente, como começou a ser visto após a prática de um ato criminoso, por exemplo, será visto que este mesmo sujeito ainda conserva sua essência interior que é o “eu real”, embora modificado num diálogo

contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos formulam. É como se cada atuação desencadeasse a formação de uma nova personalidade acarretando-lhe invólucros e lhe atribuindo nova personalidade. Por ser alheia àquela que a criatura por si mesmo possui, é como uma rotulação. Percebe-se a partir daí o que se pode chamar de fragmentação ou pluralização de identidades, ou também o que pode ser chamado de descentralização.

Vejamos o cenário de um homicídio, em que o possível autor, buscou constantemente erigir boa imagem pessoal. No entanto, constantemente, mesmo sob a égide do Princípio da Presunção de Inocência, tomamos conhecimento de que o investigado já inicia o processo com o rótulo de criminoso a ser severamente penalizado. Sendo o acusado culpado ou não, a mídia de maneira sensacionalista e muitas vezes despreparada, através do domínio que exerce sobre a opinião pública faz com que seja atribuída a esse sujeito uma nova identidade. Esta última pode até mesmo se sobrepor àquele “eu real”, permitindo inclusive que seja desconstruído ou “sob certas circunstâncias, podemos mesmo contemplar sua ‘morte’”. (HALL, 2005, p. 24).

Tudo isso ocorre em razão do que pode ser chamado de internalização do exterior no sujeito e da externalização do interior por meio de sua ação no mundo. Consequência dessa constante entre “interior” e “exterior”, é o que a sociologia descreve como modelo sociológico interativo compreendido na teoria da socialização dos tempos modernos. Desse embate os sujeitos sociais se tornam mais descentrados, uma vez que diante das influências fenomenológicas pluralistas enumeradas acima, possibilita-se maior abertura a saberes e fazeres num mundo de constante interação entre o individual e o coletivo.

3 DO DIREITO PENAL DO INIMIGO

3.1 O DIREITO PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Não é recente o fato de que o homem inserido em um meio social viola regras impostas e interfere nos direitos alheios, o que sem dúvida requisita uma punição correspondente. No entanto, o castigo deve ser proporcional ao crime cometido, de forma que impeça, futuramente, uma nova ação nociva à sociedade por parte desse infrator e de modo que desvie seus concidadãos de prática semelhante, recaindo de forma eficiente e o menos cruel possível no corpo do

culpado. Ora, os gritos tormentosos de um supliciado não conseguem retirar do passado o acontecimento criminoso, fomentando pouco efeito sobre o espírito humano, levando-se em conta que embora violento o delinquente, a tortura é passageira. Mais eficaz é aquela punição que se prolonga no tempo, causando impressão de maior eficácia em razão da habitualidade.

Desta maneira, Nucci (2014, p. 36) explica que o Direito Penal é “o conjunto de normas jurídicas voltado à fixação dos limites do poder punitivo do Estado, instituindo infrações penais e as sanções correspondentes, bem como regras atinentes à sua aplicação”, ou ainda, num outro conceito, segundo Jesus (2010, p. 47), é “o conjunto de normas que ligam ao crime, como fato, a pena como consequência”. Destarte, outra característica é o fato de pertencer ao Direito Público, tendo em vista regular as relações entre o indivíduo e a sociedade, o que quer dizer que para aquele que age delituosamente, nasce para o Estado o direito de puni-lo. Por meio do *jus puniendi* o Estado atua na defesa da sociedade contra a transgressão legal. (JESUS, 2010, p. 47-48).

Entretanto, embora a finalidade cominar penas para as transgressões, o Direito Penal é o ramo do ordenamento jurídico que deve se ocupar apenas dos conflitos mais graves e da tutela dos bens jurídicos de extrema relevância. Isto significa que o julgador se valerá dessa fração do ordenamento jurídico apenas como última opção, o que evita abusos e intromissões de forma desmedida na esfera da liberdade individual (NUCCI, 2014, p. 36, 52-54). Para Damásio de Jesus (2010, p. 52) essa limitação se perfaz no princípio da fragmentariedade e da intervenção mínima.

Em tempo, Cleber Masson (2013, p. 9-12) mostra uma série de funções do ramo jurídico em questão, dado que este não se presta apenas a ser mera ciência por desenvolver-se na academia. Logo, deve funcionar como garantia, já que somente haverá punição naqueles casos prescritos em lei, o que segundo Nucci (2014, p. 56) se consubstancia no princípio da legalidade ou reserva legal expresso no artigo 5º, inciso XXXIX da Constituição Federal.

O Direito Penal deve ter efeito ético-moralizador para desempenhar sua função educativa em relação aos cidadãos. Há também, teoricamente, a função simbólica, quanto ao legislador que, produzindo leis, tem sensação de ter promovido a paz social, e quanto aos cidadãos que têm a falsa impressão de que

a criminalidade se encontra controlada em razão da ampla produtividade legal.

Junto a isso, se irradia sobre todo o sistema normativo, princípios que servem de base para interpretação, integração, conhecimento e aplicação do direito positivado, orientando a produção legislativa ordinária e proporcionando garantia aos cidadãos. É importante destacar essa integração entre os princípios constitucionais, penais e processuais penais, em razão de que os primeiros coordenam os segundos, uma vez que aqueles detém maior relevância. São, o princípio da dignidade da pessoa humana do artigo 1º, inciso III e o princípio do devido processo legal do artigo 5º, inciso LIV, ambos do Magno Diploma, que dispõem respectivamente, que “A República Federativa do Brasil (...) tem como fundamentos (...) III – a dignidade da pessoa humana” e que “LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

A dignidade da pessoa humana significa objetivamente as demarcações do artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal, exemplificadas em moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Subjetivamente refere-se ao sentimento de autoestima e respeitabilidade, que devem pertencer ao ser humano desde o seu nascimento, não passíveis de desistência ou renúncia. Assim sendo, a humanização deve ser observada no cotidiano por todos e para com todos os cidadãos, mormente o indivíduo parte de um processo penal. (JESUS, 2010, p. 53).

O devido processo legal liga-se ao fato de que qualquer indivíduo somente será processado e eventualmente punido, caso exista lei penal que defina sua conduta como crime e lhe atribua pena equivalente (NUCCI, 2014, p. 55). Existe para tanto, o princípio da proporcionalidade da pena, que visa impedir penalização superior ao grau de responsabilidade do agente pela prática delituosa (JESUS, 2010, p. 53). Certamente, a aplicação da lei ao caso concreto efetivar-se-á unicamente depois de observado o procedimento processual fixado em lei para o caso específico.

Convém assim, em razão do tema abordado, analisar o procedimento do Tribunal do Júri que, por se localizar no artigo 5º, inciso XXXVIII, alíneas *a* a *d*, da Constituição Federal, situa-se no âmbito dos direitos e garantias humanas fundamentais. Assim, é considerado ainda como direito individual, sendo por essa via procedimental assegurados os direitos inerentes à personalidade humana,

como a liberdade, vida e integridade física.

O Tribunal Popular ainda é conceituado como o meio hábil de garantir a efetividade do devido processo legal, proporcionando o direito ao contraditório e a um julgamento justo. Julgado por um tribunal imparcial assegura-se ao acusado ampla defesa e a participação direta nos julgamentos e na produção probatória perante o Poder Judiciário. Logo, segundo o Código de Processo Penal, reveste-se da característica de procedimento especial.

Originariamente são de competência do Júri Popular, quando houver consumação, os delitos de homicídio simples (artigo 121, *caput*), privilegiado (artigo 121, §1º), qualificado (artigo 121, §2º), induzimento, instigação auxílio a suicídio (artigo 122), infanticídio (artigo 123), as várias formas de aborto (artigos 124, 125, 126 e 127), o genocídio (artigo 1º, alíneas *a*, *c*, e *d*, da Lei 2.889/1956), bem como as suas formas tentadas e aqueles que pela força de atração exercida pelo júri sejam alvo de julgamento pelo Tribunal Popular. Exemplos são os casos de incidência das regras de conexão e continência dos artigos 76, 77 e 78 do Código de Processo Penal.

A formação da culpa no procedimento do júri inicia-se com a investigação policial. A partir de então, deparando-se a autoridade com indícios suficientes de materialidade e de autoria, caberá ao Ministério Público oferecer denúncia.

Na sequência, oferecida a denúncia por parte do órgão do Ministério Público, o magistrado togado avaliará a admissibilidade acusatória, optando ou não pela necessidade de apreciação dos juízes leigos no Tribunal Popular. Convencendo-se intimamente da culpabilidade do acusado, através do ato de pronunciamento processual, será inaugurada nova fase processual vinculada ao Tribunal do Júri.

Na ocasião do Júri, o juiz presidente fará o sorteio dos jurados para composição do Conselho de Sentença. Estes jurados serão submetidos a julgamento de aceitação ou recusa pela defesa e posteriormente pelo Ministério Público. No final, deverá o referido Conselho ser composto por sete jurados. A seguir, será feita a instrução através do interrogatório do acusado e quando possível da vítima e demais testemunhas do fato.

Posteriormente, inicia-se a fase dos debates orais, oportunidade em que será concedida a palavra ao Ministério Público e logo em seguida à defesa,

podendo a acusação replicar e a defesa treplicar, no intuito de apresentar ao dito Conselho o fato delituoso. (NUCCI, 2013, p. 751-757). Essa fase garante a efetivação do princípio da isonomia processual, possibilitando de forma semelhante o contraditório, afastando qualquer disparidade possível. (AVENA, 2013. p. 49).

Na sequência, os componentes do Conselho de Sentença, o juiz presidente, o Ministério Público, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça dirigir-se-ão a uma sala especial a fim de ser procedido o questionamento sobre a matéria de fato, condenação ou absolvição. Nos termos do artigo 483 do Código de Processo Penal, haverá questionamento no sentido de: I – materialidade do fato; II – a autoria ou participação; III – se o acusado deve ser absolvido; IV – se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa; e, V – se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação. Logo após, será proferida sentença condenatória ou absolutória, conforme o caso, de acordo com artigo 492 do Código de Processo Penal. (NUCCI, 2013, p. 758).

3.2 A DIFERENÇA ENTRE O DIREITO PENAL E O DIREITO PENAL DO INIMIGO: UM GARANTISMO JURÍDICO?

A discrepância vigente entre o Direito Penal Moderno e o Direito Penal do Inimigo, estabelece-se no fato de que o Direito Penal pátrio se reveste de características únicas quando posto em comparação com o Direito Penal do Inimigo. Não obstante, este último ostenta a função simbólica do ordenamento penalista. Geralmente manifesta-se como o direito penal do terror, através da inflação legislativa, efetivando-se num direito penal de emergência, com a criação exagerada de figuras penais desnecessárias, ou então com o aumento desproporcional e injustificado das penas para casos pontuais, remetendo à ideia de hipertrofia do Direito Penal. Cleber Masson (2013, p. 11), orienta que a função simbólica deve ser afastada, pois em curto prazo, cumpre funções educativas e promocionais dos programas de governo, e em longo prazo fica demonstrada a perda de credibilidade do ordenamento jurídico, bloqueando suas funções instrumentais. Tais tarefas não podem ser atribuições do Direito Penal.

De forma divergente numa conferência no Congresso de Berlim de 1999, o emérito professor e filósofo alemão Günther Jakobs, precursor da teoria, defendeu ideal jurídico de que ao lado do Direito Penal Moderno deve existir um Direito Penal do Inimigo. Segundo ele, a confiabilidade dos cidadãos no Direito, só existirá a partir da flexibilização de direitos e garantias e extrapolação dos limites do poder punitivo estatizado. Segundo a teoria, os inimigos do Direito Penal seriam aqueles sujeitos que de forma grave e reiterada se comportem contrariamente às normas básicas de uma sociedade, ameaçando-a.

Nessa hipótese, a confiança não deve ser imediatamente na segurança e no conteúdo normativo, mas sim pela segurança e penalização cognitiva. Ele mesmo apresenta o plano de ação estatal, segundo o qual deve haver luta eficaz contra o inimigo, pela imposição de penas desproporcionais e draconianas. Segundo o professor, devem ser penalizadas até mesmo aquelas condutas que não representam ameaça ou perigo para um bem jurídico.

É grave o fato de que segundo a proposta teórica, há redução ou eliminação ao mínimo possível de certas garantias e direitos fundamentais. Seria, por assim dizer, o direito Penal da Exceção, por desconsiderar o transgressor como pessoa. Conforme exposto acima, não há falar-se em incidência de qualquer nuance de garantismo jurídico na hipótese de aplicação das linhas teóricas do inimigo, muito pelo contrário, são afastadas as garantias até aqui mencionadas.

Por assim pretender, Jakobs é alvo de severas críticas.

A Lei Maior de nossa pátria tem como fundamento de todo o ordenamento jurídico, o princípio da dignidade da pessoa humana, pretendendo, como expressamente está no artigo 4º, inciso II, a prevalência dos direitos. Aplicar a Teoria do Inimigo, seria contrapor o que as próprias cláusulas pétreas impassíveis de modificação, pretendem defender, pois fácil é verificar no *caput* do artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. (OLIVEIRA, 2009, p. 24-26).

3.3 IMPLICAÇÕES DA APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL DO INIMIGO

Como já observado por Cleber Masson, Muñoz Conde reafirma ser o Direito Penal do Inimigo um posicionamento puramente funcionalista sistêmico a ser observado com coerência quando em conjunto com o Direito Penal Moderno. Ora,

ao se admitir exceção a este, se admitirá igualmente a desestruturação de todo o sistema com todas as consequências, pois que seria ignorar toda a série de princípios e direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição.

É inegável que seria um perigo para o Estado Democrático de Direito, em razão de que tal teoria é obviamente incompatível com esse sistema e o reconhecimento aos direitos fundamentais que ele acolhe. São ideias extremamente opostas. Por isso mesmo, é inconcebível que Estados Democráticos de Direito em suas constituições e demais textos jurídicos, deem conta de agasalhar ao mesmo tempo direitos fundamentais e o tratamento do inimigo. Se assim fosse permitido, haveria um retrocesso grotesco a um passado marcado pela violação desmedida à dignidade da pessoa humana pela consideração dos atores criminosos como meros espectadores de uma segurança puramente cognitiva.

Destarte, o modelo estatal idealizado por Jakobs torna-se inviável, com base no fato de que o Estado dotado de absoluto poder, poderá designar como inimigo aquele que considerar oportuno. Ademais, a introdução do inimigo no direito ordinário do Estado Democrático de Direito, tem tão-somente a função de destruí-lo, obscurecendo limites em alguns pontos e alargando cegamente em outros, anulando os avanços até aqui erigidos. Mesmo que a criminalidade em teórica progressão cause qualquer nível de desolação e descrença do Direito Penal, não há razão ou fundamento para que se descaracterize a pessoa em razão de sua transgressão ou de seu suposto grau de periculosidade.

Dessa maneira, pode-se concluir que os ideais democráticos e humanísticos empunhados por nossa Constituição cidadã, devem se prender e semanter em posições intangíveis, para promover o fortalecimento do Estado e não a sua derrocada. (ZAFFARONI, 2012, p. 159-191).

4 ANÁLISE DE CASO: SUZANE VON RICHTHOFEN E O SENTENCIAR SÓCIO-JURISTA

4.1 O CASO RICHTHOFEN: UMA ANÁLISE JURÍDICO-INTERPRETATIVA

O caso *Richthofen* se refere ao crime de duplo homicídio doloso ocorrido no ano de 2002, de autoria de *Suzane Louise Von Richthofen*, seu namorado *Daniel Cravinhos* e *Christian Cravinhos*. À época dos fatos houve grande comoção social, uma vez que a mídia, pretensiosamente buscou os motivos que levaram

uma jovem rica, de boa aparência, estudada, que sempre compartilhou das melhores oportunidades em razão do abastamento financeiro dos pais, a tramar a execução destes.

Consta do boletim de ocorrência nº. 1.657/02, de 31 de outubro de 2002, que a equipe especializada do 27º Distrito Policial de São Paulo deslocou-se até a casa dos *Richthofen*, encontrando as vítimas de homicídio, que posteriormente se reconheceu como sendo *Manfred Albert Von Richthofen* e sua esposa *Marisia Von Richthofen*, com o corpo mutilado e crânios esmagados.

Diante do ocorrido *Suzane* até mesmo tentou, por seu testemunho inicial, excluir-se do rol dos possíveis executores do crime, caso em que a culpa recaiu inicialmente sobre os empregados e ex-empregados da família. Tal fato não perdurou por muito tempo, vez que houve conflito entre tais declarações e os apontamentos da perícia realizada no local do trágico evento.

Ao contrário do que inicialmente se imaginou possível, a perícia aliada a outros fatos comprometedores e à confissão dos três suspeitos, levaram o Departamento de Homicídios a anunciar em 08 de novembro de 2002 que o crime havia sido planejado e executado por *Suzane* e pelos irmãos *Cravinhos*. Isto posto, após a conclusão do período investigativo, em 19 de novembro de 2002 *Suzane Louise Von Richthofen*, *Daniel Cravinhos de Paula e Silva* e *Christian Cravinhos de Paula e Silva* são denunciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, iniciando-se assim a Ação Penal Pública contra os três réus. (Processo 052.02.4354-8, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, I Tribunal do Júri).

A denúncia narra que os irmãos *Cravinhos*, com a participação decisiva da filha das vítimas, teriam desferido diversos golpes que causaram ferimentos suficientes para ser causa eficaz da cessação de suas vidas, o que ficou comprovado pelos laudos necroscópicos.

É do relatório constante da denúncia, que *Daniel* e *Suzane* mantinham relacionamento afetivo à época do ocorrido, mesmo após seus pais se colocarem hostis ao namoro e exercer severo controle sobre o casal. A própria *Suzane* na condição de depoente no Termo de Interrogatório da fase de instrução judicial, elucida seu sentimento obsessivo por *Daniel* e mesmo diante dos limites impostos pelos pais preferiu manter o relacionamento. (DAN, 2014. p. 65 *apud* TI, p. 4).

Houve a partir de então, conforme demonstrado no depoimento,

desentendimentos familiares e perturbação sentimental, sendo que *Suzane* começou a discutir com os pais, pretendendo até mesmo fugir de casa para manter-se mais próxima do namorado. (DAN, 2014. p. 68 *apud* TI, p. 5).

Em decorrência da inquietude gerada pela opressão paterna e da decisão do casal em manter o relacionamento, ela [*Suzane*] sob influência de *Daniel* e com a ajuda do irmão deste, decidem pelo planejamento e execução da morte das vítimas, dado que ele [*Daniel*] estabeleceu a ela de forma disjuntiva as opções possíveis. Ou ela escolhia os pais ou o namoro. (DAN, 2014. p. 75 *apud* TI, p.7, 8, 11).

Suzane, que obviamente partilhava da rotina das vítimas, facilitou a entrada dos irmãos na casa, que em momento seguinte se dirigiram ao quarto onde dormiam lhes desferindo inúmeros golpes de porrete sobre suas cabeças, bem como algumas práticas de asfixia, impossibilitando qualquer oportunidade de reação. Concomitantemente, a filha das vítimas se dirigia ao restante da casa na tentativa de simular um assalto, conforme narrado por ela. (DAN, 2014. p. *apud* TI, p. 12).

Após a prática do crime, o *Christian* foi deixado nas proximidades de sua residência, para que em momento posterior *Suzane* e *Daniel* pudessem se dirigir a um motel, local em que permaneceram por pouco mais de uma hora. Passado esse período, *Suzane* retorna à sua casa em companhia de seu irmão, agindo como se nada soubesse ou que nada havia ocorrido. Dissimuladamente, evidencia a desordem do local, chamando a atenção do irmão para tais fatos e ligando para o namorado, que imediatamente vai para a casa e ambos acionam a polícia local.

4.2 DA PUNIBILIDADE NO CASO EM ESTUDO E A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA NO SENTENCIAR

Instalado o discurso jurídico que se atém apenas à condutas típicas, antijurídicas e culpáveis, insta mencionar que diversos outros discursos são instalados no entorno de qualquer ocorrência, haja vista que tudo aquilo que chama a atenção pela forma como ocorreu se torna notícia a ser difundida em velocidade acelerada. É a esse momento, o da transmissão dos fatos (e como se transmite), que requer especial atenção, pois que “o sentido muda segundo as

posições sustentadas por aqueles que a empregam, adquirindo seu sentido em referência a essas posições, ou seja, às formulações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. (DAN, 2014, p. 55).

Dessa forma, pode-se afirmar que, de acordo com a maneira como a notícia é transmitida, instalam-se confrontos no processo de apuração da verdade por aqueles a quem se destina o comunicado, dado que deve se levar em conta, entre outros fatores, as condições ideológicas existentes à época.

O raciocínio talentoso de Evelin Dan confirma que se trata dos modos de interpelação que nos identificam, pois, dizer é formar compromisso e responsabilizar-se tanto pelo que dizemos, quanto pelo que silenciemos, pois o falante empírico pode até ter a intenção de dizer de uma forma específica, mas o efeito que ele produz pode ser outro, que escapa totalmente ao seu controle e a sua vontade. (DAN, 2014, p. 69).

Na indústria cultural, ou seja, todo esse aparelhamento de difusão da informação e a grande quantidade de conteúdo “informativo” que consegue produzir, se admitem dois aspectos aos quais se deve especial atenção, quais sejam a reificação/coisificação e a alienação. Na sociedade contemporânea o grande padrão de avaliação tende a ser a coisa, o bem, o produto; circunstância em que tudo, e até mesmo o próprio homem é coisificado. Sendo tratado como coisa, o homem cotidiano torna-se alienado. Não possuindo, em boa parte, instrumentos de crítica de si mesmo e da sociedade, o indivíduo fica à mercê daquilo que lhe é transmitido, constantemente internalizando e fixando conceitos que não são seus. Deste modo, a indústria cultural acaba por priorizar uma espécie de conteúdo nos moldes de uma pré-confecção para atender os anseios médios de um público que não dispõe de tempo para questionar o que consome. À vista disso, os produtos da indústria cultural serão bons ou maus, alienantes ou reveladores, conforme a mensagem a ser divulgada.

A regra de análise nesse ponto é subjetiva, pois não faz parte da cientificidade da pesquisa analisar e identificar a todos com características que lhes tornariam uma generalidade. (COELHO, 1980, p. 5-14).

Merleau-Ponty (1994, p. 83-84) em sua fenomenologia da percepção, de maneira alegórica, faz um chamamento à observância do objeto em sua essência, diante dos diversos modos interpretativos de um mesmo objeto de análise. Ora,

“uma roda de madeira posta no chão não é, *para a visão*, aquilo que é uma roda carregando um peso. Um corpo em repouso porque nenhuma força se exerce sobre ele não é para a visão aquilo que é um corpo em que forças contrárias se equilibram”. Conforme nos fala, uma nova percepção dos fatos só se dá após a abstração de tudo que nos é entregue em sua forma final. Para isso, devemos agir como a criança que observa a luz da vela, que após uma queimadura deixa ser um atrativo e se torna repulsivo.

Diante disso, é forçoso aceitar o ideal de que são diversas as perspectivas possíveis a partir de uma observação, pois do ponto de vista da ideologia X, o conteúdo ideológico da ideologia Y será considerado desapropriado, o que da mesma maneira ocorre inversamente. Admite-se desta sorte a possibilidade de que a indústria cultural ou a mídia como um todo, tem o poder de impor estereótipos ou instalar ideologias de tal forma que consiga fixar um entendimento em determinado sentido, sobremaneira em relação ao senso comum.

Considerando a instantaneidade da mídia que proporciona rápida interação entre os indivíduos, é fácil ver que as informações são transmitidas de maneira imediatista. Deste modo, é possível acompanhar um evento qualquer de onde quer que estejamos. Lamentavelmente, o que também se observa é que ao invés de meramente transmitir a notícia, esses meios vêm buscando exercer domínio sobre as pessoas, formando assim opinião pública, o que no mais das vezes ocorre de forma negativa em relação ao criminoso.

Olhando atentamente, há de se verificar por consequência, que essa revolução digital pela qual vem passando nossa sociedade, dita como sociedade da informação, não busca desenvolver no indivíduo um senso crítico, capaz de análises mais aprofundadas para melhor compreensão das situações do cotidiano. (Anais, 2012, p. 3-5).

Isso pode ser observado principalmente nos programas televisivos geralmente exibidos nos horários entre e pós-jornadas de trabalho, em que o público a acompanhar é maior. Nesse segmento, verifica-se que mídia também se infiltrou nas diversas redes sociais, abrindo espaço para interação instantânea com o vulgo que acompanha a transmissão e geralmente demonstra ideias equivalentes à análise dos apresentadores. Por óbvio, esses apresentadores conseguem alçar êxito na disseminação de suas ideologias de análises

momentâneas, clamando até mesmo pela sentença capital.

Direito Penal e Mídia, através da estreita relação notadamente não atual, possibilitam evidenciar que há muito se comunicam para formar a notícia. A partir disso, no contexto vigente, em sua guerra diária pela audiência, os veículos da informação ocupam-se primordialmente pela atribuição de características sensacionalistas à notícia, na intenção de ganhar o público pelo impressionismo. (*ibid*, 2012, p. 6)

O que dizer então da grande quantidade de notícias deste porte que foram elaboradas e disseminadas no longo prazo de três anos e alguns meses em que se arrastou o processo judicial do Caso *Richthofen*?!

Damásio de Jesus (2010, p. 53) delimita o princípio da presunção de inocência previsto na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LVII, como sendo aquele em que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Como seria possível assim ocorrer, quando a lentidão do judiciário, entre outros fatores, proporcionam à mídia amplo espaço para transmitir a informação sensacionalista e repleta de exageros?!

É fato que, em razão dessa persuasão são formados, oportunamente, ideais de que aqueles que cometeram atos equivocados devem ser amplamente punidos, esquecendo-se, muitas vezes, de direitos fundamentais e princípios constitucionais. Indubitável é que o sujeito infrator deva responder e ser sancionado pelos seus atos, contudo igualmente devem ser resguardadas suas garantias e respeitada a dignidade da pessoa humana. (*Ibid*, 2012, p. 7)

Como ocorreu no caso *Richthofen*, o sobrenome se vulgarizou para lembrar um crime que não foi praticado somente pela jovem *Suzane* ou apenas sob seus comandos. O exacerbado sentimento afetivo pelo namorado a deixou em posição de subordinação às ordens deste e de seu comparsa. No entanto, os moldes espetaculosos como os fatos foram abordados midiaticamente proporcionaram a fixação de conceitos a um sobrenome herdado não somente por ela, mas também por seu irmão que conseqüentemente carregará as marcas do crime até o fim de sua vida.

No caso em estudo, a autoria do crime só pôde ser confirmada após o veredicto soberano do Tribunal do Júri. No entanto, a ré adentrou a esse recinto do judiciário como vítima da influência manipuladora da mídia que já reivindicava

e apontava para uma evidente condenação nos moldes do ideal incriminador que já fora implantado naqueles jurados.

4.3 O COMPORTAMENTO DA INFRATORA NO PÓS-SENTENÇA E SEUS REFLEXOS JURÍDICOS NO CUMPRIMENTO DA PENA

De acordo com Guilherme Nucci (2013, p. 1018), a execução da pena é a fase pós-sentença, em que são cumpridos seus comandos e a pretensão punitiva estatal, se desdobrando na pretensão executória sob a égide do princípio da humanidade expresso constitucionalmente no artigo 5º, inciso XLVII.

Na entrevista concedida ao apresentador televisivo Augusto Liberato, transmitida em 25/02/2015¹, fica claro o clima sensacionalista de mistério criado para atrair a audiência do público. Isso, em razão de ser a entrevistada a protagonista de um dos eventos criminosos que chocou a sociedade à época dos fatos e de outro lado um apresentador de renome. Além disso, um conteúdo taticamente escolhido para a estreia em uma nova emissora, cercado de afirmações como “rompimento do silêncio”, “revelações inéditas” ou ainda “exclusividade”.

Suzane foi condenada a 39 (trinta e nove) anos de reclusão pela prática de duplo homicídio triplamente qualificado contra seus genitores em 31/10/2002 e atualmente, após 12 (doze) anos do crime, encontra-se reclusa na Penitenciária Feminina “Santa Maria Eufrásia Pelletier” de Tremembé Estado de São Paulo, a 150 km da capital.

Segundo o entrevistador, as respostas para as perguntas foram dadas de forma sincera e convincente. A aparência física da executada dá indícios de respeito e adequação ao que determina a Lei de Execuções Penais. Pelo vídeo pôde-se verificar seu cabelo comprido, pele bem cuidada, unhas feitas e outros traços que denotam com veracidade a vaidade e boa saúde de *Suzane*. Conquanto, ela mesma afirmou que durante sua estadia na penitenciária, tudo isso deve ocorrer de forma comedida.

A menina da época do crime, hoje mulher, demonstrou possuir planos para o futuro e que somente aprendeu a valorizar o trabalho após sua estadia “atrás das grades”, pois antes a vida lhe cercava de regalias em razão do que a riqueza

¹ Acessado em 26/09/2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1fj1ywWRqas>

dos pais podia lhe proporcionar.

Emocionalmente, demonstra sofrimento, atestando ser dificultosa a estadia em um estabelecimento penitenciário, uma vez que diz ter sido ameaçada de morte e altamente rejeitada por suas colegas de cela em estabelecimentos anteriores.

Reconheceu com pesar e lamentação o mal que causou, pedindo por perdão e confirmando o que foi dito mais acima a respeito do sobrenome *Richthoffen*, marcado por uma carga de informações trágicas que remontam ao crime.

Quanto perguntada sobre a recusa na progressão do regime fechado para o regime semiaberto, *Suzane* demonstrou sentir receio sobre como seria a vida fora do estabelecimento em que se encontra. Por possuir certa intelectualidade e ter participado da faculdade de Direito, sabe do repúdio oferecido por uma sociedade que busca amplamente a resolução de conflitos pela via do Direito Penal. Obviamente, sente medo de como seriam seus primeiros contatos com esse meio social, temendo deste modo colocar em perigo a própria vida.

No momento final, é possível verificar, apesar de tudo que se passou, que a entrevistada pretende ser vista de outra forma pela sociedade, evidenciando que houve de certa forma, a ressocialização pretendida em tese pela LEP e pelo sistema penitenciário. Revelou assim, seu amadurecimento e o aprendizado em todos esses anos de estadia no estabelecimento penal, deixando claras as diversas mudanças em seu comportamento e temperamento, uma vez que, além disso, aprendeu sobre maneira com a separação e fim da família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises empreendidas neste estudo, foi possível verificar quão importante é a existência dos veículos de informação. Entretanto, há que se fazer ressalva importante quanto aos modos de transmissão dos fatos.

A mídia oportuniza inúmeros e consideráveis benefícios para a sociedade, encurtando espaços e possibilitando a transmissão rápida da informação. Contudo, deve se levar em conta que apesar de desempenhar papel fundamental, mais importante é que conduza os espectadores a uma interpretação de acordo com a realidade fática do conteúdo transmitido, conduzindo o expectador ao

senso crítico, sobretudo em ocorrências trágicas. Portanto, cuidado especial deve ser dispensado a acontecimentos criminosos, especialmente àqueles que ocasionam a cessação da vida. Assim, cada um que é interpelado por um novo dado será capaz de interpretar a notícia se abstraindo de ideologias impostas, tornando-se capaz por si só, de visualizar o meio em que vive tal como é.

Sob esse aspecto, a grande preocupação está para com aquelas pessoas que eventualmente serão as responsáveis pelo julgamento dos seus semelhantes, quando estes dependerem de veredito no Tribunal do Júri. Isso porque, em razão da exaustiva e intensiva veiculação de informações, o jurado acaba absorvendo e internalizando pré-conceitos por meio de notícias que não são baseadas em fatos reais. Assim ocorre, na maioria das vezes, pelo fato que nem sempre os profissionais de imprensa detêm conhecimento específico sobre o Direito, o fato em si e os autos processuais em questão, possibilitando publicações de forma incompleta, distorcida ou até mesmo inverídica comprometendo o devido processo legal e sua principiologia.

De forma contígua, proporciona infiltração de juízos de valores eivados de vícios e pré-julgamentos, instalando a ânsia de justiça, onde se clama pela condenação desproporcional, criando o invólucro de inimigo para aquele a ser julgado. Ora, quantos são os inocentes condenados à prisão ou que veem majoradas a sua sanção. Naturalmente, isso decorre da cultura construída sob o fato de que o Direito Penal pode resolver todos os conflitos tratando o infrator como o adversário que deixa de ser cidadão.

Assim sendo, deve-se prezar para que a indústria midiática não extrapole os limites do direito de expressão consubstanciados em cláusulas pétreas constitucionais, pois da mesma maneira, são intocáveis e amplamente protegido o direito à imagem, à honra, à privacidade, dentre outros atributos do ser humano. Por isso, não se pode permitir o entendimento de que todos são culpados e inverter o princípio da presunção de inocência.

Por isso mesmo, há proteção a esses direitos como alicerces do Estado Democrático de Direito. Contudo, o que se observa é que mesmo protegidas, a manifestação de ideias, opiniões, ideologias, seria bárbaro anular todo o avanço humanístico da pena e seus resultados até o momento em razão do clamor social desmedido e da falta de ética na atuação desses profissionais. A liberdade da

imprensa deve ser preservada, mas quando desprovida do bom senso, deve se sobrepor a ela o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Considerando que o presente estudo não se deu de forma exaustiva, verifica-se a possibilidade de que o tema, futuramente, seja tratado a partir de outros aspectos, pois a intervenção da mídia pode efetivamente influir em diversos ramos da sociedade. Destaca-se assim, que os veículos de informação são capazes de atuar para informar, expor ou interferir em algum contexto, formando ou alterando conteúdo ideológico e cultural.

REFERÊNCIAS

- Avena, norberto. Processo penal: versão universitária. 2. Ed. Rev., atual. E ampl. Rio de janeiro: forense, são paulo: método, 2013.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da república federativa do brasil. Brasília, df: senado, 1988.
- Código de processo penal (1941). Decreto-lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Rio de janeiro, rj: casa civil, 1941.
- Código penal (1940). Decreto-lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Rio de janeiro, rj: casa civil, 1940.
- Coelho, teixeira. O que é indústria cultural. 1.ed. São paulo: brasiliense, 1980.
- Congresso internacional de direito e contemporaneidade, 1. 2012, santa maria. Anais. Santa maria: universidade federal de santa maria, 2012. 10 p.
- Dallari, dalmo de abreu. Elementos de teoria geral do estado. 29. Ed. São paulo: saraiva, 2010.
- Dan, evelin m. C. O discurso sobre a anormalidade nas práticas judiciais. Rio de janeiro: lumen juris, 2014.
- Dillmann, andré luís. Tribunal do júri: a influência da mídia nas decisões do conselho de sentença. 2012. 53 f. Monografia (graduação em direito) – universidade regional do noroeste do estado do rio grande do sul, santa rosa, 2012.
- Gil, antonio carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São paulo: atlas, 2010
- Hall, stuart. A identidade cultural da pós-modernidade. 10. Ed. Rio de janeiro: dp&a, 2005.
- Jesus, damasio evangelista de. Direito penal: parte geral. 31. Ed. São paulo: saraiva, 2010.
- Masson, cleber. Direito penal: parte geral. 7. Ed. Rio de janeiro: forense; são paulo: método, 2013.
- Merleau-ponty, maurice. Fenomenologia da percepção. 2. Ed. São paulo: martins fontes, 1999.
- Muñoz conde, francisco. Direito penal do inimigo. 22. Ed. Trad. Karyna batista sposato. Paraná: juruá, 2012.
- Nader, paulo. Introdução ao estudo do direito. 32. Ed. Rio de janeiro: forense, 2010.

Nucci, guilherme de souza. Manual de direito penal. 10. Ed. Rev. Atual. E ampl. Rio de janeiro: forense, 2014.

Manual de processo penal e execução penal. 10. Ed. Rev., atual. E ampl. São paulo: revista dos tribunais, 2013.

Oliveira, eugênio pacelli de. Curso de processo penal. 11. Ed. Rio de janeiro: lumen juris, 2009.

Richardson, roberto jarry; pesquisa social: métodos e técnicas. São paulo: atlas, 2011.

Rousseau, jean-jacques. Do contrato social, ou princípios do direito político. 3. Ed. São paulo: martin claret, 2008.

Zaffaroni, eugênio raúl. O inimigo no direito penal. 3. Ed. Trad. Sérgio lamarão. Rio de janeiro: revan, 2013.